

**ÁREA TEMÁTICA:**

Governança, Controladoria e Contabilidade

**TÍTULO:**

A TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO AMBIENTAL NOS *SITES*  
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RONDÔNIA

**Alex Fabiano Bertollo Santana**  
afbsantana@hotmail.com  
Universidade Luterana do Brasil

**RESUMO**

No atual momento o tema Gestão Ambiental vem sendo abordado em diversos ramos de estudo, tanto em empresas privadas como instituições públicas. A abordagem deste tema juntamente com a transparência das informações deveriam demonstrar as ações propostas e realizadas pelas instituições. O principal objetivo deste estudo é verificar a transparência das informações divulgadas nos *sites* das Prefeituras Municipais do Estado de Rondônia relacionadas com a Gestão Ambiental, ou seja, quais as informações divulgadas. A metodologia utilizada na pesquisa classifica-se como quali/quantitativa, com abordagem exploratória e descritiva. Quanto aos procedimentos enquadra-se como pesquisa bibliográfica, documental. Os resultados encontrados demonstram que as informações divulgadas pelos municípios são preocupantes, pois, de acordo com os resultados encontrados, 6% atenderam plenamente, 6% atenderam parcialmente e 88% dos municípios não atenderam os questionamentos estudados. Percebe-se então, que as Prefeituras não estão preocupadas em divulgar suas informações relacionadas à Gestão Ambiental.

**Palavras-Chave:** Transparência de Informações; Gestão Ambiental; Prefeituras.

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a preocupação com o meio ambiente vem se tornando cada vez mais abordada na mídia, prova disso, no mês de Junho de 2012, será realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Uma reunião que reuni a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e deverá contribuir para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.

O objetivo da Conferência é a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes.

Para Cunha et al (2008, p. 03) a questão ambiental vem ganhando, nos últimos cinquenta anos, uma grande importância para a sociedade e para as organizações no que se refere à responsabilidade social.

A própria Constituição Federal, no artigo 225 define como, “o meio ambiente ecologicamente equilibrado” como direito e como “bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, também impõe ao “Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Segundo Slomski (1999), dentro de uma visão do Estado como uma entidade que pode ser vista sob o feixe de contratos que ela representa, o cidadão deve ser visto como um sócio e não como um cliente.

Pode-se dizer que a questão ambiental é um dos assuntos que mais tem atraído a atenção da população, pela valorização que se dá à qualidade de vida e pela percepção de que as consequências do descaso com o meio ambiente têm conduzido a situações críticas para a própria sobrevivência da humanidade a longo prazo (SZEZEBICKI, PILATTI, KOVALESKI, 2005).

Partindo deste pressuposto, o presente estudo pretende verificar se existe a Transparência de Informações divulgadas nos *sites* das Prefeituras Municipais do Estado de Rondônia, visto que, é um meio de comunicação importante em divulgar suas ações. Portanto, este estudo partiu também do entendimento de que o cidadão é o principal financiador direto e indireto dos recursos públicos, devendo ter o seu papel valorizado na condução das ações governamentais, as quais precisam se apresentar com a transparência

## I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

necessária para o julgamento da sociedade (JUNIOR *et al*, 2008, p. 67). Como limitação do trabalho, a presente pesquisa não entra no mérito se as Prefeituras estão realizando as ações referentes ao Meio Ambiente, e sim, o estudo tem o caráter de verificar se as mesmas estão divulgando em seus *sites* informações sobre a Gestão Ambiental.

### 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para dar embasamento na pesquisa, foram abordados temas como: Gestão Ambiental, Gestão Ambiental Pública e Evidências de Gestão Ambiental Municipal. Conceitos estes de suma importância, que demonstram a responsabilidade dos entes.

#### 2.1 GESTÃO AMBIENTAL

A gestão ambiental é onde todas as organizações sejam elas públicas ou privadas devem exercer seu papel de controle, prevenção e cuidados com o meio ambiente. Segundo Pfitscher (2004, p.37) uma gestão ambiental consiste em conhecer as atividades pertinentes aos produtos e serviços das organizações, considerando: legislação, aspectos ambientais, análise das práticas, procedimentos, avaliação dos incidentes e acidentes prévios.

A Gestão Ambiental é uma forma das empresas privadas e instituições públicas programarem ações que demonstrem a responsabilidade perante a população no gerenciamento de questões ambientais.

Para Cunha *et al* (2008, p. 04) são crescentes os problemas socioambientais enfrentados pela sociedade, principalmente nos tempos modernos, e que estão se tornando mais evidentes a cada dia. Por este motivo as empresas estão se preocupando com o desenvolvimento de programas que estimulem a criação e implementação de políticas sociais, com o intuito de diminuir os impactos gerados pelo uso desordenado dos recursos naturais.

De acordo com Quintas (2006, p.86) pela sua complexidade, a prática da Educação no Processo de Gestão Ambiental exige profissionais especialmente habilitados que dominem conhecimentos e metodologias específicas para o desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem com jovens e adultos em contextos socioambientais diferenciados.

## I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

O Portal Gestão Ambiental (2012), define que, “a gestão sócio ambiental é o caminho para as organizações que decidiram assumir responsabilidade social e adotar as melhores práticas para tornar mais sustentáveis seus processos produtivos”.

No quadro 01, pode-se verificar a existência de órgãos que auxiliam e controlam as questões ambientais no País. Demonstra ainda, as atribuições que cada órgão exerce, auxiliando tanto as organizações privadas quanto as entidades Públicas. Auxiliando no sentido de cobrar a responsabilidade destas entidades nas questões ambientais.

**Quadro 01: Estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente**

| INSTÂNCIA                 | ÓRGÃO   | ATRIBUIÇÕES   |
|---------------------------|---|---|
| Superior                  | Conselho de Governo   | Assessorar o Presidente da República na formulação da Política Nacional do Meio Ambiente.   |
| Consultiva e Deliberativa | CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente   | Estudar e propor diretrizes e políticas governamentais para o meio ambiente e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas, padrões e critérios de controle ambiental (Resoluções CONAMA). |
| Central                   | Ministério do Meio Ambiente – MMA   | Planejar, coordenar e supervisionar as ações relativas à política nacional do meio ambiente.  |
| Executora                 | IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  | Entidade autárquica, de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, é a encarregada da execução da Política Nacional do Meio Ambiente e sua fiscalização.                 |
| Seccional                 | Órgãos setoriais públicos fed. que atuam na gestão de recursos naturais, Secretarias Estaduais / Órgãos Estaduais de Meio Ambiente. | Entidades estaduais responsáveis pela execução de programas e projetos de controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras.   |
| Local                     | Entidades e Órgão Municipais de Meio Ambiente   | Responsáveis por avaliar e estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção do meio ambiente, supletivamente ao Estado e à União.                                       |

Fonte: Santos (2007, p. 27)

Cada Estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente tem as atribuições, desde questões que envolvam o País como o Conselho de Governo, diretamente assessorando o Presidente da República, até as atribuições locais, onde as responsabilidades são das entidades e órgãos municipais.

### 2.2 Gestão Ambiental Pública

De acordo com Melo dos Santos (2010), o município ao assumir seu papel constitucional traz uma série de benefícios, tais como: (i) mais proximidade dos problemas a

## I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

enfrentar e melhor acessibilidade dos usuários aos serviços públicos; (ii) maiores possibilidades de adaptação de políticas e programas às peculiaridades locais; (iii) melhor utilização dos recursos e mais eficiência na implementação de políticas; (iv) maior visibilidade e conseqüentemente mais transparência das tomadas de decisões; e (v) democratização dos processos decisórios e de implementação, favorecendo a participação da população envolvida e as condições para negociação de conflitos.

No passado, a responsabilidade pelas políticas do meio ambiente estava centralizada nas mãos dos órgãos estaduais e federais. Hoje, a resolução nº 237/97, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, referente aos impactos ambientais locais passaram a ser competência dos municípios. Portanto, precisam assumir a liderança no esforço de conseguir o desenvolvimento, atentos ao impacto ambiental das ações que promovem.

O governo municipal deve coordenar as ações e desenvolver em conjunto com a comunidade, um pensamento ambiental coerente, visando à implantação de normas que permitam controlar a deterioração ambiental e buscar a necessária reabilitação das áreas mais afetadas.

Diante do exposto, as ações do governo municipal devem ser transparentes, ou seja, necessitam informar a quem tiver interesse de suas ações. A própria Constituição Federal do Brasil, em seu art. 5º, XXXIII, deixa claro o direito do cidadão de ter acesso amplo às informações de seu interesse perante os órgãos públicos:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob forma de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Portanto, uma das formas de divulgação é a o uso da *internet*, sendo um meio importante de comunicação, pois, deveriam divulgar as ações governamentais e com isto uma redução do custo do exercício da cidadania, uma vez que o cidadão terá a oportunidade de despender uma quantidade menor de tempo e dinheiro para a obtenção das informações do seu interesse, consolidando os fundamentos de uma sociedade democrática e plural (JUNIOR *et al*, 2008, p. 66).

Realizando pesquisas sobre o assunto, logo abaixo é demonstrado estudos importantes que foram divulgados em Revistas e Congressos, todos com suas responsabilidades amparadas pelas avaliações anteriores de professores e pesquisadores dos temas abordados. Ao realizar pesquisas na *internet*, o pesquisador deve ter o cuidado em buscar as suas fontes,

## I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

pois, devem ser divulgadas em instituições e órgãos que avaliam estes trabalhos, dando subsídios para que futuros pesquisadores possam utilizá-los para estudo.

### 2.3 Evidências de Gestão Ambiental Municipal

No estudo realizado por Salles e Assunção (2000), onde os pesquisadores verificaram o estágio em que se encontravam os municípios brasileiros no tratamento das questões ambientais, onde, aplicaram um questionário e obtiveram a resposta de 233 municípios brasileiros. Concluindo que existe uma necessidade crescente na criação do Sistema Municipal de Meio Ambiente por parte dos municípios, com estrutura administrativa disponível, um Conselho de Meio Ambiente, alguns instrumentos de gestão ambiental, tais como, o Código de Meio Ambiente e o Fundo Municipal de Meio Ambiente, considerando-se uma gestão participativa que vai em busca de uma melhoria de qualidade de vida da população.

Já na pesquisa de Cunha *et al* (2008), os autores avaliaram um órgão público, neste caso a Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC, referente a contribuição para com o meio ambiente. Concluíram que a instituição analisada apresentou um nível de sustentabilidade total satisfatório, conforme aplicação parcial do SICOGEA (Sistema Contábil Gerencial Ambiental). Já na questão Sub-critério Nível de tecnologia utilizada um nível de sustentabilidade de 33,33% (Deficitário), devido à dependência da tecnologia de fornecedores, em função da exigência da lei de licitações. Verificou-se que a instituição possui ações que contribuem para a gestão ambiental e que os projetos desenvolvidos pela instituição são exemplos de comprometimento com a responsabilidade social e ambiental.

No estudo de Silva Filho (2000), o pesquisador analisou a Gestão Ambiental na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, onde buscou-se analisar o Fórum Permanente de Meio Ambiente e Saneamento (FPMAS), identificando a atuação do Sistema de Gestão Ambiental através da percepção dos atores envolvidos e de dados secundários. Conclui que a Prefeitura pratica a Gestão Ambiental buscando uma interação sistemática, ou seja, existe apenas a coordenação de algumas ações desenvolvidas por órgãos e secretarias municipais, e isto ocorreu devido aos problemas institucionais e estruturais do instrumento central de integração o FPMAS.

Szezerbicki, Pilatti, e Kovaleski (2005) verificaram como o poder público da cidade de Ipiranga-PR vem executando um projeto de Aterro Controlado e como as

## I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

condições de vida da população urbanas do município são alteradas. Concluíram que o município adotou um modelo de aterro controlado, reduzindo seu custo operacional. Verificaram ainda, que a vida útil projetada dos aterros é de 26,5 anos e houve uma economia considerável na construção do sistema, dispensando a construção de sistemas mais complexos. Conclui-se que a idealização do projeto de construção dos aterros controlados do tipo trincheiras de pequenas dimensões, beneficia tanto a população quanto o meio ambiente, visando à economia do município.

Santos (2008) analisou como o Poder Público de Paragominas tem gerenciado a questão ambiental no município. A autora verificou mudanças no município frente à gestão ambiental, final década de 90, com a aprovação de leis ambientais até então não existentes no município, com isso a gestão ambiental ganhou peso na administração pública. Os principais problemas enfrentados pelo Poder Público Municipal na área urbana referem-se ao longo período de ocupação irregular do solo, principalmente à construção de moradias nas margens do Igarapé Paragominas e a destinação incorreta dos resíduos originados da indústria madeira. Em relação à área urbana o governo municipal que coordena as ações e desenvolvem um pensamento ambiental coerente, visando à implantação de projeto como Parque Natural, o Aterro Sanitário, o Remanejamento de Famílias em área de Risco e o Sistema de Abastecimento de Água, a fim de controlar a deterioração ambiental e buscar a necessária reabilitação de áreas afetadas. Conclui-se que a gestão ambiental realizada pelo Poder Público Municipal do município alcançou avanços significativos para o desenvolvimento sustentável.

A presente pesquisa difere dos estudos anteriores, pois, verificou-se nos *sites* dos municípios do Estado de Rondônia a transparência das informações disponíveis relacionados às questões ambientais, ou seja, quais as informações estão sendo repassadas aos interessados neste assunto. Uma pesquisa que abordou a Transparência de Informações via *sites* em órgãos públicos foi dos autores Junior, Libonati, Vasconcelos e Slomski (2009). Os pesquisadores realizaram um estudo que teve por objetivo analisar os níveis de transparência fiscal eletrônica observados nos *sites* dos Poderes/Órgãos dos estados e do Distrito Federal do Brasil e a sua associação com os seus respectivos indicadores econômico-sociais. Concluíram uma baixa aderência à integralidade das exigências legais de transparência fiscal eletrônica, dos quais se destacaram as Assembleias Legislativas e os Ministérios Públicos estaduais.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia para responder a discussão do problema, apresenta análise predominante de pesquisa qualitativa. Segundo Richardson *et al.* (1999, p. 90) “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais [...]”. No caso em questão, foram analisados os *sites* das prefeituras e houve um detalhamento das informações disponíveis. Em segundo momento, também utilizou a pesquisa quantitativa, pois, considerou-se questões de percentual para definir o nível de transparência de informações.

Quanto aos procedimentos, enquadra-se como pesquisa bibliográfica, documental, porém, em algumas abordagens, principalmente no que tange à análise apresentada sobre os arquivos disponíveis nos *sites* apresenta-se, também, como pesquisa qualitativa. Foram utilizadas técnicas observacionais, que, segundo Martins e Theóphilo (2007, p. 84), “consiste em um exame minucioso que requer atenção na coleta e análise das informações, dados e evidências”.

A população do estudo são as Prefeituras do Estado de Rondônia, isto corresponde a 52 (cinquenta e dois) municípios, de acordo IBGE (2010). Como limitação do trabalho, optou-se por selecionar os municípios com população igual ou superior a 20.000 habitantes. Portanto, a amostra ficou em 18 (dezoito) municípios o que corresponde a 77,60% do total da população do Estado de Rondônia.

**Tabela 1 - Número de Municípios por faixa populacional**

| N            | Município              | População        | % da Pop. Total | % da Amostra   |
|--------------|------------------------|------------------|-----------------|----------------|
| 1            | Porto Velho            | 435.732          | 27,63%          | 35,60%         |
| 2            | Ji-Paraná              | 117.363          | 7,44%           | 9,59%          |
| 3            | Ariquemes              | 91.570           | 5,81%           | 7,48%          |
| 4            | Cacoal                 | 78.958           | 5,01%           | 6,45%          |
| 5            | Vilhena                | 77.937           | 4,94%           | 6,37%          |
| 6            | Jaru                   | 51.883           | 3,29%           | 4,24%          |
| 7            | Rolim de Moura         | 50.899           | 3,23%           | 4,16%          |
| 8            | Guajará-Mirim          | 41.933           | 2,66%           | 3,43%          |
| 9            | Ouro Preto do Oeste    | 37.701           | 2,39%           | 3,08%          |
| 10           | Pimenta Bueno          | 33.981           | 2,15%           | 2,78%          |
| 11           | Buritis                | 32.898           | 2,09%           | 2,69%          |
| 12           | Machadinho do Oeste    | 31.779           | 2,01%           | 2,60%          |
| 13           | Espigão do Oeste       | 28.962           | 1,84%           | 2,37%          |
| 14           | Alta Floresta do Oeste | 24.228           | 1,54%           | 1,98%          |
| 15           | Nova Mamoré            | 23.142           | 1,47%           | 1,89%          |
| 16           | Presidente Médici      | 22.818           | 1,45%           | 1,86%          |
| 17           | São Miguel do Guaporé  | 21.878           | 1,39%           | 1,79%          |
| 18           | Candeias do Jamari     | 20.291           | 1,29%           | 1,66%          |
| <b>TOTAL</b> |                        | <b>1.223.953</b> | <b>77,60%</b>   | <b>100,00%</b> |

Fonte: IBGE (2010)

## I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

A coleta dos dados da pesquisa referente ao nível de transparência das informações apresentadas nos *sites* das Prefeituras teve início no dia 01/05/2012 e teve o seu encerramento no dia 31/05/2012, sendo esta última data a posição final das avaliações realizadas. Uma dificuldade adicional encontrada, durante o processo de análise dos *sites* pesquisados, foi à indisponibilidade de acesso de alguns endereços eletrônicos.

Os questionamentos a serem respondidos no que tange a transparência das informações contidas nos *sites* das Prefeituras referem-se à Gestão Ambiental. Tomando como base a teoria de Barbieri (1997), onde o autor definiu os principais instrumentos de Política Ambiental Pública em **Gênero: Comando e Controle - Econômico - Diversos**, o estudo ateu-se somente nos **Gêneros: Diversos e Comando e Controle: Informações ao Público e Licenciamento Ambiental**.

**Quadro 2 – Principais instrumentos de Política Ambiental Pública**

| Gênero   |   |   |
|--|---|---|
| Comando e Controle   | Econômico                                   | Diversos  |
| Padrão de Emissão;   | Tributação sobre poluição                   | Educação Ambiental  |
| Padrão de Desempenho;  | Tributação sobre o uso de recursos naturais | Reservas ecológicas e outras áreas de proteção ambiental          |
| Proibições e restrições sobre produção, comercialização e uso de produtos; | Criação e sustentação de mercados           | Mecanismos administrativos e jurídicos de defesa do meio ambiente |
| Licenciamento ambiental  | Incentivos fiscais                          | Informações ao público  |
|  | Financ. em condições espec.                 |   |
|  | Licenças negociáveis                        |   |

Fonte: Adaptado de Barbieri (1997, p.43)

Procurou-se então, definir quais as questões (informações) a serem pesquisadas nos *sites* das Prefeituras:

- Situação dos Municípios em relação à estrutura Administrativa de Meio Ambiente;
- Existem Informações no Plano Pluri Anual – PPA sobre Gestão Ambiental;
- Informam Recursos destinados a questões Ambientais;
- Apresentam a Titulação dos Secretários de Meio Ambiente;
- Dispõe de Plano Municipal de Saneamento Básico;
- Possuem informações sobre Licença Ambiental de Mananciais/Nascentes;
- Possuem pontos de Coletas de Resíduos Tóxicos;
- Possuem Plano Diretor das áreas de Preservação Permanente;
- Possuem Ações sobre Meio Ambiente;
- Nos *sites* existe a transparência de informações.

## I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

Para definir o nível de transparência das informações, foi realizada uma pontuação (*rankings*) na fase final da coleta de dados da seguinte forma:

**Tabela 02: Definições dos Níveis de Transparência de Informações**

| Resultado       | Transparência       | Descrição                                 |
|-----------------|---------------------|---|
| inferior a 50%  | Não Atende          | Fraco, não apresentam nenhuma informação. |
| entre 51% e 75% | Atende Parcialmente | Médio, apresentam algumas informações.    |
| A partir de 76% | Atende Plenamente   | Alto, apresentam informações suficientes. |

Fonte: O Autor

Para as definições dos níveis de transparência de informações, o resultado final é computado de acordo com os quesitos informados nos *sites*, onde, definiu-se: possui ou não possui. Foi realizado ainda, a descrição de cada município do que foi disponibilizado nos *sites* referente as questões ambientais.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisou-se primeiramente a faixa populacional, conforme Tabela 1, percebeu-se que a maior parte dos municípios pesquisados é de porte pequeno, possuindo até 100.000 habitantes. Somente Porto Velho que é a Capital do Estado e Ji-Paraná possuem mais de 100.000 habitantes, representando 24,63% e 7,44% respectivamente do total da população do Estado de Rondônia.

Conforme informado anteriormente na metodologia, houve problemas na consulta dos *sites* de algumas Prefeituras, sendo elas:

- **Município de Vilhena:** Ocupa a 5ª posição da população do Estado e seu o *site* estava em manutenção no decorrer do período pesquisado, computou-se então, os resultados deste município como a falta de transparência, visto que, o período pesquisado foi de 30 dias e em nenhum momento houve a solução do problema;
- **Municípios de Ouro Preto do Oeste e Machadinho do Oeste:** Ocupam a 9ª e 12ª posição, infelizmente não possuem *site* para pesquisa, considerou-se também como falta de transparência de informações.

Com relação à estrutura administrativa, na tabela 03 verificou-se que 50% (09) das prefeituras apresentam alguma unidade específica para tratar de assuntos de meio ambiente, 28% (05) possuem uma secretaria para tratar do assunto, 17% (03) contam com um

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia  
Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

departamento de meio ambiente, mas em conjunto com outros departamentos e 6% ou 01 município aparece no site às secretarias e não consta a do Meio Ambiente, mas sim, em estrutura administrativa. Portanto, 50% (09) não possuem qualquer tipo de estrutura administrativa de Meio Ambiente. A existência de uma instância responsável é fundamental para que o município esteja apto para tratar das suas questões ambientais, apesar de atualmente estarem numa condição de extrema fragilidade.

**Tabela 3 – Situação atual em relação à Estrutura Administrativa de meio ambiente.**

| Tipo de Estrutura                | Nº de Municípios | %           |
|----------------------------------|------------------|-------------|
| Secretárias                      | 5                | 28%         |
| Departamento de Meio Ambiente    | 0                | 0%          |
| Assessoria de Meio Ambiente      | 0                | 0%          |
| Em Conjunto com outra Secretária | 3                | 17%         |
| Outras                           | 1                | 6%          |
| Não Possui                       | 6                | 33%         |
| Sem acesso a Internet            | 3                | 17%         |
| <b>Total</b>                     | <b>18</b>        | <b>100%</b> |

Fonte: Dados da Pesquisa

Pode-se dizer que os municípios que apresentaram alguma estrutura sobre o Meio Ambiente apresentam uma preocupação dos gestores com a questão ambiental.

Na Tabela 4, apresentam-se as questões que foram pesquisadas nos sites dos municípios, onde pode-se verificar que de acordo com cada questionamento os municípios possuem ou não possuem as informações.

**Tabela 4 – Questões pesquisadas nos sites dos Municípios**

| Questionamentos   | Sim | Não | Total | % Sim | % Não | Total |
|---|-----|-----|-------|-------|-------|-------|
| Possuem Informações no Plano Pluri Anual - PPA              | 1   | 17  | 18    | 6%    | 94%   | 100%  |
| Informam Recursos Destinados a Gestão Ambiental             | 4   | 14  | 18    | 22%   | 78%   | 100%  |
| Informam a Titulação dos Secretários                        | 2   | 16  | 18    | 11%   | 89%   | 100%  |
| Dispõem de Plano Municipal de Saneamento Básico             | 3   | 15  | 18    | 17%   | 83%   | 100%  |
| Possuem informações s/Licença Ambiental                     | 2   | 16  | 18    | 11%   | 89%   | 100%  |
| Possuem pontos de Coletas de Resíduos Tóxicos               | 1   | 17  | 18    | 6%    | 94%   | 100%  |
| Possuem Plano Diretor das áreas de Preserv. Permanente      | 3   | 15  | 18    | 17%   | 83%   | 100%  |
| Possuem ações sobre Meio Ambiente                           | 2   | 16  | 18    | 11%   | 89%   | 100%  |
| A disponibilidade das informações é de fácil acesso no site | 2   | 16  | 18    | 11%   | 89%   | 100%  |

Com relação ao primeiro questionamento “Possuem Informações no Plano Pluri Anual – PPA”, somente um município informou resultados referente a questões do Meio-Ambiente, foi o município de Porto Velho (capital), os demais nenhuma informação deste quesito.

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia  
Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

Percebe-se também, que a maioria foi de respostas que não possuem e não informam questões sobre o Meio Ambiente. As análises de cada município referente a estes questionamentos estudos estão argumentados no decorrer da pesquisa.

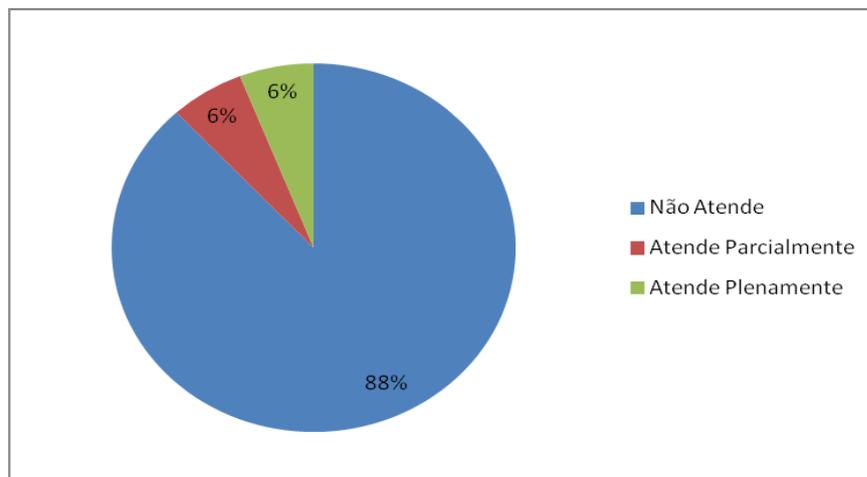
Na Tabela 5, apresenta-se os resultados da transparência das informações divulgadas nos *sites* dos municípios utilizados de acordo com a pontuação na tabela 2. Verificou-se que somente um município “atendeu plenamente” os quesitos informados, sendo ele Porto Velho, talvez o motivo deste resultado é fato de ser a capital do Estado de Rondônia, onde a cobrança é maior pelos órgãos superior. Mas independente deste questionamento, é mérito desta cidade, pois, demonstram suas ações, preocupações e responsabilidades sobre o Meio Ambiente.

O município de Guajará-Mirim que ocupa a 8ª colocação em termos de população “atendeu parcialmente” dos questionamentos estudados, também, merece uma atenção especial, pois, percebe-se que os demais municípios estudados não atenderam as perspectivas do estudo e isto demonstra que existem falhas sobre as transparências das divulgações nestes municípios, falhas estas que podem comprometer a gestão pela falta de controle e divulgação destas informações, podendo até mesmo que a população ou quem tiver interesse pelo assunto concluir que estes municípios não estão preocupados com as questões do Meio Ambiente.

**Tabela 5 – Resultado da Transparência das Informações divulgadas**

| N  | Município              | Sim    | Não     | Resultados          |
|----|------------------------|--------|---------|---------------------|
| 1  | Porto Velho            | 88,89% | 11,11%  | Atende Plenamente   |
| 2  | Ji-Paraná              | 44,44% | 56,56%  | Não Atende          |
| 3  | Ariquemes              | 0,00%  | 100,00% | Não Atende          |
| 4  | Cacoal                 | 22,22% | 77,78%  | Não Atende          |
| 5  | Vilhena                | 0,00%  | 100,00% | Não Atende          |
| 6  | Jaru                   | 11,11% | 88,89%  | Não Atende          |
| 7  | Rolim de Moura         | 0,00%  | 100,00% | Não Atende          |
| 8  | Guajará-Mirim          | 55,56% | 44,44%  | Atende Parcialmente |
| 9  | Ouro Preto do Oeste    | 0,00%  | 100,00% | Não Atende          |
| 10 | Pimenta Bueno          | 0,00%  | 100,00% | Não Atende          |
| 11 | Buritis                | 0,00%  | 100,00% | Não Atende          |
| 12 | Machadinho do Oeste    | 0,00%  | 100,00% | Não Atende          |
| 13 | Espigão do Oeste       | 0,00%  | 100,00% | Não Atende          |
| 14 | Alta Floresta do Oeste | 0,00%  | 100,00% | Não Atende          |
| 15 | Nova Mamoré            | 0,00%  | 100,00% | Não Atende          |
| 16 | Presidente Médici      | 0,00%  | 100,00% | Não Atende          |
| 17 | São Miguel do Guaporé  | 0,00%  | 100,00% | Não Atende          |
| 18 | Candeias do Jamari     | 0,00%  | 100,00% | Não Atende          |

Fonte: Dados da Pesquisa



**Gráfico 01: Resultado Final da Transparência das Informações sobre Meio Ambiente**

O resultado do gráfico 01 informa que 01 município, (6%) atende Plenamente a transparência de informações, 01 atende parcialmente (6%) e 16 municípios, ou seja, 88% não atenderam aos questionamentos pesquisados, isto é preocupante porque demonstra que estes municípios não estão preocupados em divulgar estas informações, ou até mesmo, não estão realizando as ações para o controle da Gestão Ambiental.

Lembrando que, a pesquisa foi realizada somente na transparência das informações divulgadas nos *sites* das Prefeituras, portanto, não quer dizer que as Prefeituras não estão trabalhando na Gestão Ambiental, talvez estejam, mas não estão divulgando.

Para dar embasamento nos resultados, foi descrito logo abaixo todas as informações encontradas nos *sites* das Prefeituras, informando a existência ou não dos questionamentos pesquisados.

- **Porto Velho:** Foi à única Prefeitura que atendeu plenamente os questionamentos pesquisados, no *site*, existe a Secretária do Meio Ambiente, informações divulgadas através do Relatório de Qualidade Ambiental, demonstrando suas ações, planejamentos e ainda recursos destinados a Gestão Ambiental, complementando ainda no Plano Pluri Anual e na Lei das Diretrizes Orçamentárias. No *site* apresenta ainda: *Disk* Terreno Baldio, Plante uma árvore e Limpeza Urbana demonstrando uma preocupação com o Meio Ambiente. Dispõe de Plano Municipal de Saneamento Básico, possui informações sobre Licença Ambiental de Mananciais/Nascentes O único questionamento que não atendeu a pesquisa foi a Titulação dos Secretários, mas, isto não prejudica o município, pois, poderá incluir no *site* esta informação.

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia  
Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

- **Guajará-Mirim:** De acordo com os resultados, “atendeu parcialmente” os questionamentos, sendo eles: Possui a secretaria de Meio Ambiente, Informa recursos, Dispõe de Plano Municipal de Saneamento Básico, Possui informações sobre Licença Ambiental de Mananciais/Nascentes, Dispõe de Plano Municipal de Saneamento Básico, disponibiliza no *site* informações sobre licença ambiental de mananciais/nascentes. Não apresentou informações no Plano Pluri Anual – PPA, titulação dos secretários, pontos de coletas de resíduos tóxicos e ações referentes ao controle do Meio Ambiente.

Os municípios abaixo relacionados “não atenderam” o mínimo dos questionamentos estudados.

- **Ji-Paraná:** Possui a secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, informa recursos destinados ao meio ambiente, apresenta titulação dos secretários, dispõe de Plano Municipal de Saneamento Básico e possui Plano Diretor das áreas de Preservação Permanente. Não divulgou, Informações no Plano Pluri Anual – PPA, informações sobre Licença Ambiental de Mananciais/Nascentes, pontos de Coletas de resíduos tóxicos, Ações sobre Meio Ambiente e o no *site* as informações não são fáceis de encontrar. Como auxilio, a Prefeitura ainda divulga informações sobre resíduos sólidos e arquivos disponíveis complementares sobre Meio Ambiente.
- **Cacoal:** Possui secretaria própria do Meio Ambiente, informa recursos destinados ao Meio Ambiente e apresenta titulação dos secretários. Os demais itens não existem informações disponíveis.
- **Jaru:** Possui Secretaria própria do Meio Ambiente e ações referentes ao controle da Gestão Ambiental. Os demais itens não são informados.
- **Vilhena:** Conforme abordado anteriormente, seu o *site* estava em manutenção no decorrer do período pesquisado, computou-se então, os resultados deste município como a falta de transparência.
- **Ouro Preto do Oeste e Machadinho do Oeste:** Ocupam a 9 e 12 posição mas nem sequer possuem *site* para pesquisa, considerou-se também como falta de transparência de informações.
- **Ariquemes:** Possui secretaria própria do Meio Ambiente, mas, nos outros questionamentos não apresentou nenhuma informação.

## I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

- **Rolim de Moura:** Possui a secretaria Agricultura e Meio Ambiente, portanto, ações conjuntas e não apenas específica do Meio Ambiente, dois focos para que o secretário possa estar atuando.
- **Pimenta Bueno:** O *site* apresentou-se confuso, pois nas Secretarias existente não constava a do Meio Ambiente, mas sim, no *link* “estrutura administrativa” e neste *link* apresentava-se a secretaria do Meio Ambiente. Com relação aos outros questionamentos, nada foi encontrado, além de existir o link Plano Municipal de Saneamento Básico, este por sua não abria, ou seja, sem acesso.
- **Buritis:** Não possui Secretaria e nenhuma divulgação do site referente aos questionamentos estudados.
- **Espigão do Oeste:** possui Secretaria Municipal, mas, em conjunto com a de agricultura, turismo e meio ambiente – SEMAM, portanto, ações nas três esferas e contribuições conjuntas.
- **Alta Floresta do Oeste:** Não possui Secretaria e não apresenta nenhuma informação dos questionamentos.
- **Nova Mamoré:** Não possui Secretaria e nenhuma divulgação do site referente aos questionamentos estudados.
- **Presidente Médice:** Não possui Secretaria e nenhuma divulgação do site referente aos questionamentos estudados.
- **São Miguel do Guaporé:** Não possui Secretaria e nenhuma divulgação do site referente aos questionamentos estudados.
- **Candeias do Jamari:** Não possui Secretaria e nenhuma divulgação do site referente aos questionamentos estudados. No *site* apresentou-se o Plano Municipal de Saneamento Básico, mas ao clicar no *link* ele não abre.

### 5 CONCLUSÕES

A Gestão Ambiental, afigura-se o desafio de concretizar formas de desenvolvimento sustentável que garantam as condições adequadas para a manutenção e o desenvolvimento da vida humana.

A presente pesquisa que teve como objetivo verificar a transparência das informações divulgadas nos *sites* das Prefeituras municipais do Estado Rondônia, foi preocupante, visto que 88% dos municípios não estão atendendo o mínimo dos questionamentos estudados.

## I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

A situação da gestão ambiental dos municípios estudados revela a necessidade de transformação do modelo que atualmente vem sendo adotado pelos governantes e reforça, desta maneira, a importância de se assumir novas estratégias de planejamento municipal, ou seja, necessitam demonstrar suas informações a população através da *internet*, porque, caso contrário da o pressuposto de não estarem preocupados ou atuando na Gestão Ambiental.

É importante considerar que os municípios apresentam diferenças enormes com relação a questões políticas, econômicas, sociais e culturais bem diferenciadas, cada qual com suas carências e prioridades, que precisam ser consideradas dentro de um processo de planejamento.

Os governantes municipais devem por sua vez, realizarem seus planejamentos de acordo com as necessidades atuais e futuras de gestão e divulgar as ações é importante para a população perceber o que realmente esta sendo feito nas questões ambientais.

De acordo com resultados encontrados, destaca-se a Prefeitura de Porto Velho e a Prefeitura de Guajará-Mirim, pois, foram às únicas que apresentaram informações uteis e ações destinadas a Gestão Ambiental.

Aos municípios que não atenderam os questionamentos devem por sua vez verificar suas ações, trabalhar para que seus “*sites*” possuam as informações necessárias para que a população possa estar atenta a todas as questões quem envolvam a Gestão Ambiental Municipal.

### REFERÊNCIAS

BARBIERI J. C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: As estratégias de Mudança da Agenda 21**. Petrópolis RJ: Vozes, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CUNHA Carla Thaís Nascimento da, PFITSCHER, Elisete Dahmer, NUNES, João Paulo de Oliveira, ALBERTON, Luiz e NERES, Denize. **Gestão da Prefeitura Municipal de Florianópolis quanto ao Meio Ambiente com o Auxílio da Contabilidade e Controladoria Ambiental**. Artigo aprovado no XXV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica - ANPAD - Brasília, 2008.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Lista de População do Estado de Rondônia. <http://www.ibge.gov.br/home/> acesso em: 15/05/2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MELO DOS SANTOS, P. S. **Instrumentos de Gestão Pública Ambiental: Municípios do Território Grande Aracaju, SE**. Evocati revista, v. 60, p. 17-47, 2010.

I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração da Amazônia  
Gestão e Sustentabilidade na Amazônia

SILVA FILHO, José Carlos Lázaro. **GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL: O caso da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. 128f.

JUNIOR, Jorge José Barros de Santana, LIBONATI, Jeronymo José, VASCONCELOS, Marco Tullio de Castro e SLOMSKI, Valmor. **Transparência Fiscal Eletrônica: Uma análise dos Níveis de Transparência apresentados nos sites dos Poderes e Órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil.** Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade. v. 3, n. 3, art. 4, p. 62-84. set/dez. 2009.

PFITSCHER, Elisete Dahmer. **Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e controladoria ambiental: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico.** 2004. 252f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/12740.pdf>. Acesso em: 01. jun. 2012.

PORTAL GESTÃO AMBIENTAL. **Gestão sócioambiental estratégica.** Disponível em: <http://www.portalga.ea.ufrgs.br/>. Acesso em: 28. jun. 2012.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à Gestão Ambiental Pública.** Edição Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília, 2006. 100 p.

RESOLUÇÃO CONAMA no 237/97. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>.

RICHARDSON, Roberto J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

SALLES, C. P. ; ASSUNÇÃO, João Vicente de . **Quadro Atual e Perspectiva da Gestão Ambiental Municipal no Brasil.** In: XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2000, Porto Alegre. Trabalhos Técnicos. Porto Alegre : Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, 2000. v. CD-ROM. p. 1-12.

SANTOS, Emilene Moreira. **Estudo de Caso da Gestão Ambiental Municipal da Prefeitura de Paragominas.** Belém/PA, 2007. Monografia apresentada à Faculdade Oswaldo Cruz como parte dos requisitos exigidos para a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental. 120p.

SLOMSKI, Valmor. **Teoria do agenciamento no estado – uma evidência da distribuição de renda econômica produzida pelas entidades públicas de administração direta.** São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuaria, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SZEZERBICKI, Arquimedes da Silva, PILATTI, Luiz Alberto, KOVALESKI, João Luiz. **Gestão Ambiental Urbana: o caso da Prefeitura Municipal de Ipiranga-PR.** Revista Produção on-line – UFSC. v. 5, n. 3, set/2005.